

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/2025**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**  
**Campus Jaru**

**ANEXO**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O IFRO - CAMPUS Jaru E A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL), PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E SOB DEMANDA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E DEMAIS INSUMOS PARA A CLÍNICA VETERINÁRIA E LABORATÓRIOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO IFRO - CAMPUS JARU.

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO n. xx/2025 e INEXIGIBILIDADE XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA E VINCULAÇÃO AO EDITAL**

1.1. O presente Termo de Credenciamento será regido pelas normas aqui previstas e, nos casos omissos, será aplicada a Lei nº 14.133/2021, no que couber.

1.2. Este Termo de Credenciamento será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

1.3. Este instrumento está integralmente vinculado ao Edital de Credenciamento nº xx/2025 para Inexigibilidade, com base no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, no que for pertinente.

1.4. Integram este Termo, independentemente de transcrição, os seguintes documentos do Processo Administrativo nº 23243.015689/2024-03:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e o modelo de gestão do Termo de Credenciamento;
- b) O Edital de Credenciamento nº xx/2025 do IFRO – Campus Jaru;
- c) A Homologação do certame;
- d) As Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste Termo de Credenciamento o fornecimento contínuo e sob demanda de medicamento veterinário e demais insumos para a clínica veterinária e laboratórios, para atendimento das necessidades do IFRO – Campus Jaru, conforme detalhamento previsto no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. Para fins de empenho, o valor global estimado do Termo de Credenciamento é de R\$ XXXX,XX (valor por extenso).

3.2. Somente serão pagos os fornecimentos efetivamente entregues e aceitos, não havendo obrigação de pagamento do valor total estimado caso não haja efetiva demanda.

3.3. No valor pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, transporte e locomoção.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Conforme especificado no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

5.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. Conforme definido no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E ENTREGA**

7.1. A execução dos fornecimentos terá início a partir da assinatura deste Termo de Credenciamento.

7.2. O fornecimento deverá ser executado conforme a demanda do IFRO – Campus Jaru.

7.3. A contratada deverá dispor de profissionais capacitados para correta prestação dos serviços, conforme as orientações da contratante.

7.4. Os produtos deverão ser fornecidos no prazo estabelecido. Em caso de impedimento, este deverá ser informado com antecedência.

7.5. Deverão ser utilizados produtos de primeira qualidade, com registro nos órgãos competentes e dentro do prazo de validade.

7.6. A contratada se responsabiliza pela qualidade dos produtos, inclusive perante autoridades sanitárias.

7.7. As entregas deverão atender às especificações dos pedidos e ocorrer conforme as necessidades do setor solicitante.

7.8. Não haverá quantidade mínima ou máxima para os fornecimentos.

7.9. O fornecimento será feito conforme solicitação da contratante, com dia e horário de entrega estabelecidos, a serem rigorosamente cumpridos.

7.10. A contratada será integral e exclusivamente responsável por danos decorrentes da execução do fornecimento, respondendo por si e por seus sucessores.

7.11. O fornecimento será realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo IFRO – Campus Jaru.

7.12. A execução será supervisionada pelo Fiscal designado.

7.13. Os fornecimentos estarão sujeitos à aceitação pela contratante.

7.14. A entrega dos produtos deverá seguir as especificações discriminadas no contrato.

7.15. A contratada se responsabiliza por:

7.15.1. Transporte apropriado dos produtos, arcando com todas as despesas, inclusive frete;

7.15.2. Qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder por danos causados à Administração;

7.15.3. Reparar ou substituir, às suas expensas, qualquer produto danificado ou inadequado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUB OPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES FINAIS**

9.1. A contratante se compromete a publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial da União e no PNCP, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A contratada declara estar com suas obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas regulares no momento da assinatura do contrato.

9.3. A contratada declara também cumprir a legislação referente à reserva legal de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme aplicável.